

## Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre as Regras para o Comitê Gestor do IBS, partilha da arrecadação entre entes federativos e mudanças no ITCMD (PLP 108/2024) – 20/05/2025 – Gerado por IA

Este resumo apresenta uma visão geral das **174 participações** de cidadãos coletadas durante a audiência pública sobre as "Regras para o Comitê Gestor do IBS, partilha da arrecadação entre entes federativos e mudanças no ITCMD", organizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 20 de maio de 2025. O objetivo é sintetizar as principais preocupações, questionamentos e sugestões do público a respeito da implementação da reforma tributária, de modo a subsidiar a análise dos senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

**Total de participações: 174**

**Temas principais:**

- 1. Comitê Gestor do IBS (CG-IBS): Criação, Governança e Operação (24%):** Preocupações com a composição do comitê, sua autonomia, transparência, custos de manutenção, capacidade técnica para gerir a arrecadação e evitar a dominação por grandes estados ou interesses específicos. Questiona-se como o CG-IBS garantirá eficiência e justiça na gestão.

*Exemplo: "Como o Comitê Gestor do IBS garantirá a gestão justa e eficiente da arrecadação e distribuição do novo imposto entre estados e municípios?"  
Beatrix D. (RJ)*

**2. Partilha da Arrecadação do IBS (20%):** Dúvidas sobre os critérios para a divisão dos recursos do IBS entre União, estados e municípios, o impacto nas receitas locais, a garantia de repasses justos e a manutenção dos serviços públicos essenciais.

*Exemplo: "Como o PLP 108/2024 pode impactar a arrecadação e a partilha do IBS entre estados, municípios e a União?" Carla M. (SP)*

**3. Impacto nos Contribuintes e Carga Tributária (18%):** Temor generalizado de aumento da carga tributária, questionamentos sobre as alíquotas do IBS/CBS, o impacto no Simples Nacional, na "pejotização" e no custo de vida. Muitos cidadãos expressam que a carga tributária atual já é excessiva.

*Exemplo: "Não estão fazendo uma reforma tributária? Tem muitos impostos, os custos dos impostos já são altíssimos!" Ana P. (SP)*

**4. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) (15%):** Discussões sobre as novas regras do ITCMD, progressividade, faixas de isenção (com críticas aos valores propostos), o impacto na transmissão de bens e o temor de bitributação ou aumento excessivo da carga sobre heranças e doações.

*Exemplo: "Como as novas normas do ITCMD afetarão a autonomia dos estados e a justiça fiscal nas transmissões e doações?" Nicolas D. L. (MS)*

**5. Pacto Federativo e Autonomia dos Entes (10%):** Preocupação com a centralização de poder no CG-IBS e a consequente perda de autonomia dos estados e municípios na gestão de seus tributos, ferindo o pacto federativo.

*Exemplo: "CG-IBS fere o pacto federativo ao centralizar IBS e ITCMD sem previsão constitucional ou representação equitativa dos entes subnacionais?"  
Arthur B. (DF)*

**6. Transição do Sistema (ICMS/ISS para IBS) (8%):** Incertezas sobre como ocorrerá a transição do ICMS/ISS para o IBS, os desafios para adaptação dos contribuintes e das administrações tributárias, a escrituração fiscal durante o período e a garantia de uma transição justa e sem perdas.

*Exemplo: "A transição da arrecadação ICMS/ISS para o IBS será neutra ou favorecerá alguns estados/municípios? Quem ganha e quem perde?"  
Guilherme A. (SP)*

**7. Fiscalização, Contencioso e Simplificação (5%):** Questionamentos sobre como será a fiscalização no novo sistema, a resolução de conflitos e disputas entre entes ou com contribuintes, e se a reforma trará a prometida simplificação do sistema tributário.

*Exemplo: "De que forma o PLP 108/2024 busca uniformizar a fiscalização e arrecadação do IBS no Brasil?" Eduardo C. (RS)*

As participações dos cidadãos refletem um engajamento significativo e uma gama diversificada de preocupações e expectativas em relação à reforma tributária. Os principais temas que emergiram foram a estrutura, governança, transparência e eficiência do Comitê Gestor do IBS, a justiça e os critérios para a partilha da arrecadação do novo imposto entre os entes federativos, e o potencial impacto da reforma sobre a carga tributária total e os contribuintes. Houve também considerável debate sobre as novas regras do ITCMD, especialmente quanto à justiça fiscal e faixas de isenção. Os posicionamentos variaram, mas demonstraram um anseio comum por um sistema tributário mais simples, justo e que não onere excessivamente o cidadão, ao mesmo tempo que preserve o pacto federativo e a autonomia dos entes, garantindo uma transição clara e segura para o novo modelo.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33640>.